

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance do Banco nos semestres. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2018 se iniciou com a expectativa de aceleração do crescimento econômico no Brasil, redução da taxa de desemprego e com a inflação baixa permitindo ao Banco Central sinalizar a continuidade do ciclo de afrouxamento monetário. O quadro de incertezas sobre as eleições presidenciais de outubro em relação aos potenciais candidatos e programas de governo representou desde o início do ano alguma fonte de apreensão, mas a princípio contida, dado o ambiente de bons resultados fiscais de curto prazo, contas externas amplamente financiadas pelo fluxo de investimento direto e um cenário internacional de crescimento global acima da média, ampla liquidez e expectativa de retirada gradual dos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais.

O decorrer do semestre, entretanto, frustrou as expectativas iniciais de crescimento, com o PIB do primeiro trimestre avançando apenas 0,4% em relação ao trimestre anterior e com a greve nacional dos caminhoneiros, entre o final do mês de maio e o início do mês de junho, afetando efetivamente o desempenho do segundo trimestre e comprometendo as perspectivas para o restante do ano. Além de prejudicar diretamente a produção e o consumo no período, a greve abalou os níveis de confiança e as intenções de investimento na economia, reduzindo as perspectivas de contratações, criando instabilidade política e levando o quadro fiscal a uma situação mais delicada. Como resultado, o consenso do mercado encerrou o semestre apontando para uma expansão de apenas 1,5% para o PIB deste ano, contra 2,8%, no início do ano.

Em paralelo, no cenário internacional, dados também mais fracos do que o esperado de crescimento econômico ao redor do mundo no primeiro trimestre foram dando lugar ao longo do semestre a uma maior certeza sobre a aceleração da economia americana, sob forte impulso fiscal, enquanto prosseguia a dúvida sobre o ritmo de recuperação dos demais países, o que se traduziu em um quadro de dólar americano mais forte e juros mais altos nos Estados Unidos. Este cenário, aliado ao reforço de uma postura fortemente protecionista do governo americano, provocando uma série de conflitos comerciais, em especial com a China e a Zona do Euro, levou no decorrer do primeiro semestre a diversos episódios de forte aversão ao risco no cenário internacional, afetando os países emergentes em geral e também a economia brasileira.

O aumento dos riscos no quadro internacional exigiu uma postura mais ativa do Banco Central brasileiro (BC). Com o aumento da pressão sobre a taxa de câmbio, o BC, visando reduzir o excesso de volatilidade, passou a intervir no mercado cambial ampliando a oferta de swaps além do necessário para cobrir as rolagens previstas, em sua reunião de meados de maio, o Copom optou por não cortar adicionalmente as taxas de juros como havia antecipado, e manter a taxa Selic em 6,5%, encerrando assim o ciclo de afrouxamento monetário em curso desde outubro de 2016, quando a taxa Selic estava em 14,25%.

Após as repercussões da greve dos caminhoneiros terem exposto ainda mais as fragilidades do cenário doméstico e com a aproximação dos prazos oficiais para a definição de coligações partidárias e candidatos às eleições de outubro 2018, intensificaram-se as preocupações do mercado quanto ao quadro eleitoral. Em meio à grande indefinição sobre a vitória de candidatos propensos a levarem adiante as importantes reformas necessárias para garantir a estabilidade macroeconômica e a retomada do crescimento adiante, a volatilidade dos mercados domésticos aumentou, com a taxa de câmbio encerrando o semestre no patamar de R\$/US\$ 3,88. A expectativa para o segundo semestre é de prosseguimento do quadro de volatilidade no cenário internacional enquanto o tema dos conflitos comerciais permanece não resolvido e provocando repercussões sobre a economia global. A atividade econômica nos Estados Unidos deve continuar a reagir positivamente aos impulsos fiscais e, à medida que as negociações comerciais avancem, esperamos uma gradual redução das incertezas, e consequentemente um ambiente mais favorável ao crescimento na Europa e Japão, e uma retomada dos países emergente. Assim, espera-se também que prossiga a gradual retirada dos estímulos monetários no mundo.

No cenário doméstico, a volatilidade tende a se intensificar com a proximidade das eleições presidenciais, com um quadro eleitoral marcado por um número maior do que o usual de eleitores indecisos e candidatos com plataformas de governo com impactos potenciais sobre as expectativas de crescimento e sobre a evolução dos mercados.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado do semestre

O lucro líquido do Banco atingiu R\$ 26.408 mil no semestre (2017 R\$ 40.450 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 3,79% (2017 6,06%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.405.468 mil (2017 R\$ 1.355.696 mil). A cada lote de mil ações do Banco correspondeu o lucro líquido de R\$ 298,06 (2017 R\$ 454,85).

Para o semestre findo foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 8.279 mil (2017 R\$ 12.750 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 235,75 (2017 R\$ 247,14) por lote de mil ações preferenciais. No primeiro semestre de 2017 houve pagamento para ações ordinárias no valor bruto de R\$ 75,64, conforme nota explicativa as demonstrações financeiras nº 12 letra "b".

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.411.850 mil ao final do semestre (30/06/2017 R\$ 1.381.423 mil).

O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 15.935,00 (30/06/2017 R\$ 15.533,72).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, homologada pelo Banco Central do Brasil em 07/06/2018, aprovou o aumento do capital social para R\$ 679.000 mil mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 26.000 mil.

Conforme autorização do Conselho de Administração, o Banco adquiriu no período de novembro/2017 a maio/2018 o total de 330.000 ações ordinárias, em Bolsa de Valores e a preços de mercado. Em reunião realizada em 19/06/2018, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa de Recompra de Ações e o cancelamento das ações adquiridas no referido Programa, sem redução do valor do capital social. O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 19,21% (30/06/2017 24,91%) ao final do semestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

Rating

O Banco e demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco:

- Fitch Ratings: "F1+ (bra)" para crédito de curto prazo, "AA(bra)" para crédito de longo prazo.
- Moody's: "NP", para depósito global de curto prazo em moeda local, "Ba2" para depósito global de longo prazo em moeda local, "NP" para depósito de curto prazo em moeda estrangeira, "Ba3" para depósito de longo prazo em moeda estrangeira, "BR-1" para depósito de curto prazo na escala nacional brasileira, "Aa1.br" para depósito de longo prazo na escala nacional brasileira.

Recursos captados e administrados

O volume de recursos captados e administrados pelo Banco atingiu R\$ 17.749.633 mil (30/06/2017 R\$ 15.008.819 mil) ao final do semestre. Esses recursos estavam representados por R\$ 1.609.116 mil (30/06/2017 R\$ 1.402.189 mil) incluindo depósitos interfinanceiros e a prazo; R\$ 1.495.110 mil (30/06/2017 R\$ 1.902.480 mil) em captações no mercado aberto; R\$ 6.312.097 mil (30/06/2017 R\$ 4.155.537 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos; R\$ 309.896 mil (30/06/2017 R\$ 142.506 mil) em empréstimos obtidos no país; R\$ 181.983 mil (30/06/2017 R\$ 107.286 mil) em empréstimos obtidos no exterior; R\$ 868.856 mil (30/06/2017 R\$ 1.603.954 mil) em repasses do BNDES, R\$ 15.705 mil (30/06/2017 R\$ 6.000) em repasses no exterior, R\$ zero (30/06/2017 R\$ 4.512 mil) em cessão de ativos financeiros e R\$ 6.956.870 mil (30/06/2017 R\$ 5.684.355 mil) em fundos de investimentos e carteiras administradas.

Ativos e empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 12.305.782 mil (30/06/2017 R\$ 10.852.593 mil) ao final do semestre. As aplicações interfinanceiras de liquidez e a carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiram R\$ 8.059.491 mil (30/06/2017 R\$ 6.920.530 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 3.507.130 mil (30/06/2017 R\$ 3.976.038 mil), correspondente a 28,5% (30/06/2017 36,6%) dos ativos totais. Representada principalmente por 80,9% (30/06/2017 97,7%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. Dessa carteira, 13,4% (30/06/2017 3,7%) dos títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mantê-los nesta categoria. O Banco manteve a sua posição de alta liquidez encerrando o semestre com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 2.732.867 mil (30/06/2017 R\$ 1.900.391 mil).

A carteira de crédito incluindo repasses interfinanceiros e fianças prestadas atingiu o saldo de R\$ 4.924.556 mil (30/06/2017 R\$ 3.913.525 mil). Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de crédito, demonstrada pela concentração de 99,0% (30/06/2017 96,6%) das operações classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência. O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 21 mil (30/06/2017 R\$ 3.668 mil). O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 63.962 mil (30/06/2017 R\$ 74.737 mil) correspondente a 2,0% (30/06/2017 2,5%) do total da carteira de crédito e 61,3% (30/06/2017 67,0%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

OUIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução BACEN nº 4.433, de 27 de julho de 2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras do Banco, ou pessoas a ela ligada, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 09 de agosto de 2018, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento do Banco ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 09 de agosto de 2018

DIRETORIA

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 09 de agosto de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - EM R\$ MIL

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
Circulante	7.233.873	8.108.217	Circulante	5.346.759	6.838.594
Disponibilidades	5.431	2.037	Depósitos (Nota 09)	1.569.590	1.377.370
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 03)	1.688.391	2.043.054	Depósitos Interfinanceiros	1.489.019	1.236.527
Aplicações no Mercado Aberto	875.008	587.487	Depósitos a Prazo	80.571	140.843
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	813.383	1.455.567	Captações no Mercado Aberto (Nota 09)	1.495.110	1.902.480
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 04)	3.027.599	3.976.066	Carteira Própria	680.043	1.902.480
Carteira Própria	2.250.809	1.900.391	Carteira de Terceiros	815.067	-
Vinculados a Compromissos de Recompra	680.251	1.905.570	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 09)	1.650.926	2.403.411
Vinculados à Prestação de Garantias	94.012	170.077	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.650.926	2.403.411
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 17)	2.527	28	Relações Interdependências	22.279	14.262
Relações Interfinanceiras	15.711	6.000	Recursos em Trânsito de Terceiros	22.279	14.262
Repasses Interfinanceiros	15.711	6.000	Obrigações por Empréstimos (Nota 09)	181.983	249.792
Operações de Crédito (Nota 05)	1.374.458	1.653.197	Empréstimos no País - Outras Instituições	-	142.506
Carteira - Setor Privado	1.404.816	1.670.917	Empréstimos no Exterior	181.983	107.286
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	4.680	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 09)	361.117	786.334
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(30.358)	(22.400)	BNDES	236.043	580.719
Outros Créditos	1.121.427	427.134	FINAME	125.074	205.615
Carteira de Câmbio (Nota 06)	179.016	116.795	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 17)	1.144	49.047
Rendas a Receber	3.659	2.921	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.144	49.047
Negociação e Intermediação de Valores	784	963	Obrigações por Repasses no Exterior (Nota 09)	15.705	6.000
Diversos (Nota 07)	957.474	312.257	Repasses no Exterior	15.705	6.000
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 05)	(19.506)	(5.802)	Outras Obrigações	48.905	49.898
Outros Valores e Bens	856	729	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	340	461
Outros Valores e Bens	46	46	Carteira de Câmbio (Nota 06)	4.761	464
Despesas Antecipadas	810	683	Sociais e Estatutárias	13.462	16.901
Realizável a Longo Prazo	4.174.293	1.864.436	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	4.445	6.870
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 03)	2.852.608	901.035	Negociação e Intermediação de Valores	661	830
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.852.608	901.035	Diversas (Nota 10b)	25.236	24.372
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 04)	490.893	375	Exigível a Longo Prazo	5.540.917	2.626.765
Carteira Própria	482.058	-	Depósitos (Nota 09)	39.526	24.819
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 17)	8.835	375	Depósitos Interfinanceiros	10.314	-
Operações de Crédito (Nota 05)	734.532	857.502	Depósitos a Prazo	29.212	24.819
Carteira - Setor Privado	748.630	904.035	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 09)	4.661.171	1.752.126
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(14.098)	(46.533)	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	4.661.171	1.752.126
Outros Créditos	96.257	105.501	Obrigações por Empréstimos (Nota 09)	309.896	-
Diversos (Nota 07)	96.257	105.503	Empréstimos no País - Outras Instituições	309.896	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 05)	-	(2)	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 09)	507.739	817.620
Outros Valores e Bens	3	23	BNDES	213.981	341.729
Despesas Antecipadas	3	23	FINAME	293.758	475.891
Permanente	897.616	879.940	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 17)	53	634
Investimentos	890.366	873.897	Instrumentos Financeiros Derivativos	53	634
Participações em Controladas - No País (Nota 19)	890.313	873.844	Outras Obrigações	22.532	31.566
Outros Investimentos	242	242	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	216	9.679
(Provisão para Perdas)	(189)	(189)	Diversas (Nota 10b)	22.316	21.887
Imobilizado de Uso	6.084	5.146	Resultados de Exercícios Futuros	6.256	5.811
Imóveis de Uso	2.897	2.897	Resultados de Exercícios Futuros	6.256	5.811
Outras Imobilizações de Uso	10.801	9.397	Patrimônio Líquido	1.411.850	1.381.423
(Depreciação Acumulada)	(7.614)	(7.148)	Capital: (Nota 12a)	679.000	653.000
Intangível	1.166	897	De Domiciliados no País	628.843	603.940
Ativos Intangíveis	2.485	1.921	De Domiciliados no Exterior	50.157	49.060
(Amortização Acumulada)	(1.319)	(1.024)	Reservas de Capital	12.264	14.167
Total Geral do Ativo	12.305.782	10.852.593	Reservas de Lucros (Nota 12c)	730.787	715.103
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	(10.201)	(847)
			Total Geral do Passivo	12.305.782	10.852.593

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM R\$ MIL SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Descrição	2018	2017
Receitas da Intermediação Financeira	417.266	550.955
Operações de Crédito (Nota 13)	122.065	142.914
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	257.164	415.098
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 17f)	7.802	(17.733)
Resultado de Operações de Câmbio	30.235	10.676
Despesas da Intermediação Financeira	(399.952)	(517.415)
Operações de Captação no Mercado	(295.268)	(433.904)
Operações de Empréstimos e Repasses	(87.233)	(73.296)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 05a)	-	(574)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 05e)	(17.451)	(9.641)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	17.314	33.540
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	12.223	7.083
Receitas de Prestação de Serviços	24.434	16.520
Rendas de Tarifas Bancária	721	130
Despesas de Pessoal	(31.132)	(29.256)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18a)	(17.647)	(18.032)
Despesas Tributárias	(4.239)	(4.353)
Resultado de Participações em Controladas (Nota 19)	17.605	20.648
Outras Receitas Operacionais (Nota 18b)	26.995	25.141
Outras Despesas Operacionais (Nota 18c)	(4.514)	(3.715)
Resultado Operacional	29.537	40.623
Resultado não Operacional	44	38
Resultado antes da Tributação e Participações	29.581	40.661
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 08)	(1.258)	1.597
Provisão para Imposto de Renda	(2.011)	(4.707)
Provisão para Contribuição Social	(1.719)	(3.806)
Ativo Fiscal Diferido	2.472	10.110
Participações no Lucro	(1.915)	(1.808)
Empregados	(1.915)	(1.808)
Lucro Líquido	26.408	40.450
Lucro por Lote de Mil Ações - R\$	298,06	454,85

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EM R\$ MIL SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	2018	2017
1. Receitas	452.009	583.143
Intermediação Financeira	417.266	550.955
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	25.155	16.650
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.451)	(9.641)
Outras Receitas Operacionais	26.995	25.141
Resultados não Operacionais	44	38
2. Despesas da Intermediação Financeira	382.501	507.774
3. Materiais e Serviços Adquiridos de Terceiros	19.082	18.907
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	843	757
Serviços de Terceiros	18.239	18.150
4. Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	50.426	56.462
5. Depreciação, Amortização e Exaustão	668	541
6. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	49.758	55.921
7. Valor Adicionado Recebido em Transferência	17.605	20.648
Resultado de Equivalência Patrimonial	17.605	20.648
8. Valor Adicionado Total a Distribuir (6+7)	67.363	76.569
9. Distribuição do Valor Adicionado	67.363	76.569
Pessoal	27.309	26.017
Remuneração Direta	22.419	21.788
Benefícios	3.024	2.371
F.G.T.S.	1.866	1.858
Impostos, Taxas e Contribuições	11.235	7.803
Federais	10.719	7.522
Estaduais	17	13
Municipais	499	268
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.411	2.299
Aluguéis	2.411	2.299
Remuneração de Capitais Próprios	26.408	40.450
Juros sobre o Capital Próprio	8.279	12.750
Lucros Retidos do Semestre	18.129	27.700

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MIL SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Eventos	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Reservas de Avaliação Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	622.700	-	14.167	717.703	1.126	-	-	1.355.696
Aumento de Capital - AGE 19/04/2017	-	30.300	-	(30.300)	-	-	-	-
Outros Eventos:								
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	(1.973)	-	-	(1.973)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	40.450	40.450
Destinações:								
Reservas	-	-	-	27.700	-	-	(27.700)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(12.750)	(12.750)
Saldos em 30/06/2017	622.700	30.300	14.167	715.103	(847)	-	-	1.381.423
Mutações do Período	-	30.300	-	(2.600)	(1.973)	-	-	25.727
Saldos em 31/12/2017	653.000	-	14.167	738.658	261	(618)	-	1.405.468
Aumento de Capital - AGE 19/04/2018	26.000	-	-	(26.000)	-	-	-	-
Outros Eventos:								
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	-	-	(1.285)	-	(1.285)
Cancelamento de Ações Próprias	-	-	(1.903)	-	-	1.903	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	(10.462)	-	-	(10.462)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	26.408	26.408
Destinações:								
Reservas	-	-	-	18.129	-	-	(18.129)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(8.279)	(8.279)
Saldos em 30/06/2018	679.000	-	12.264	730.787	(10.201)	-	-	1.411.850
Mutações do Período	26.000	-	(1.903)	(7.871)	(10.462)	618	-	6.382

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO - EM R\$ MIL SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Atividades Operacionais	2018	2017
Lucro Líquido do Semestre	26.408	40.450
Ajustes ao Lucro Líquido	2.092	(11.072)
- Depreciações e Amortizações	668	541
- Resultado de Equivalência Patrimonial	(17.605)	(20.648)
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17.451	9.641
- Provisão de Passivos Contingentes	1.594	1.235
- Atualização de Depósitos Judiciais	(16)	(1.841)
(Aumento)/Redução dos Ativos Operacionais	395.657	(179.428)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(354.017)	374.706
Títulos e Valores Mobiliários	541.743	(650.774)
Relações Interfinanceiras	(9.542)	(6.000)
Operações de Crédito	612.986	57.459
Outros Créditos	(395.102)	45.434
Outros Valores e Bens	(411)	(253)
Aumento/(Redução) dos Passivos Operacionais	208.742	(977.432)
Depósitos	(144.674)	(587.177)
Captações no Mercado Aberto	(155.451)	301.663
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	848.266	(546.634)
Relações Interdependências	1.267	(2.612)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(286.606)	(73.648)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(52.213)	8.409
Outras Obrigações	6.885	(72.913)
Resultados de Exercícios Futuros	(3.593)	(1.392)
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.139)	(3.128)
Caixa Líquido Proveniente de (Aplicado em) Atividades Operacionais	632.899	(1.127.482)
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizados de Uso	(1.367)	(486)
Aplicações no Intangível	(25)	(557)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	257	2.380
Alienação de Imobilizados de Uso	-	17
Títulos Mantidos até o Vencimento	(78.271)	955.688
Caixa Líquido Proveniente de (Aplicado em) Atividades de Investimento	(79.406)	957.042
Atividades de Financiamentos		
Aquisição de Ações Próprias	(1.285)	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(9.185)	(11.504)
Caixa Líquido Proveniente de (Aplicado em) Atividades de Financiamento	(10.470)	(11.504)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes	543.023	(181.944)
Caixa e Equivalentes no Início do Semestre	340.037	774.841
Caixa e Equivalentes no Final do Semestre	883.060	592.897
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes	543.023	(181.944)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL

(01) ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Atividade e estrutura do Grupo: O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíram o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento - CFI, Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial). O Conglomerado Financeiro Alfa é composto de 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco") é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades o Conglomerado Financeiro Alfa é integrado pelo Banco Alfa S.A. - CFI e o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A. - CFI são companhias abertas com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"). Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Financeiro Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros. O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos. O controlador do Banco Alfa de Investimento S.A. possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta demonstração financeira: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach). **(b) Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 08/08/2018 e aprovadas pelo Conselho de Administração em 09/08/2018. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normalização por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

(02) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado Financeiro Alfa. **(a) Auração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vendidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e, a partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art. 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999. **(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 05 "b" e 17). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 05 "d"). **(c) Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria "títulos disponíveis para venda" estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata dia*, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida: i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata dia*. As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidos no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data

de balanço, através de coleta de preços divulgadas por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação, e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. **(d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos financeiros derivativos". Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002, são classificados de acordo com sua natureza em: **• Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado; **• Hedge de fluxo de caixa:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido. O Banco não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (*hedge*) com natureza de *hedge* de fluxo de caixa. O Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 17, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, contratos de *swap* registrados na B3, classificados como *Hedge* de Risco de Mercado, tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3. As operações de captação designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto na Circular 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (Dólar x DI) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 17 destas demonstrações financeiras. **(e) Cessão de créditos com coobrigação:** Para cessões de crédito com coobrigação realizadas no período de outubro de 2008 a outubro de 2009, a Administração do Banco, adotou a faculdade prevista na Resolução CMN nº 3.673 de 26/12/2008 de aplicação antecipada dos procedimentos definidos na Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008. Cessões de crédito com coobrigação realizadas após 1º de janeiro de 2012, estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014. Dispõe a Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, que em cessões de crédito com coobrigação, onde em razão da coobrigação assumida ocorre a retenção substancial pelo cedente dos riscos e benefícios relacionados às operações de crédito objeto de cessão, deve: **•** o ativo financeiro objeto da venda/cessão deve permanecer na sua totalidade registrado no ativo, na rubrica "operações de crédito - vinculadas à cessão"; **•** os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida, rubrica "outras obrigações-diversas/obrigações por operações vinculadas à cessão"; e **•** as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação. **(f) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: **•** Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 19). **•** Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%. **•** Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos. **(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **(h) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 08 "b"). **(i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: **•** Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº 05 "e"); **•** Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 17); **•** Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 08 "b"); e **•** Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 11). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. **(j) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. i) Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Passivos contingentes - fiscais e previdenciárias, cíveis, trabalhistas e prestação de garantias (nota explicativa nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em coobrigações e garantias prestadas. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. O Banco constitui provisão para coobrigações e riscos em garantias prestadas conforme Resolução BACEN nº 4.512 de 28/07/2016, vide nota explicativa nº 11. **(k) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL**

(03) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

(a) Composição de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	30/06/2018	30/06/2017
Aplicações no mercado aberto: Títulos públicos do tesouro nacional	875.008	587.487
Posição bancada	59.941	587.487
Posição financiada	815.067	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.663.370	2.353.228
- de ligadas	3.663.370	2.324.187
- de terceiros	-	29.041
Aplicações em moedas estrangeiras	2.621	3.374
Total	4.540.999	2.944.089

(b) Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento:

	Até 3 meses			1 ano a Acima de		Saldo em	
	3 meses	a 1 ano	3 anos	3 anos	30/06/2018	30/06/2017	
Aplicações no mercado aberto:							
Títulos públicos do tesouro nacional	875.008	-	-	-	875.008	587.487	
Posição bancada	59.941	-	-	-	59.941	587.487	
Posição financiada	815.067	-	-	-	815.067	-	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	402.542	408.220	2.810.609	41.999	3.663.370	2.353.228	
- de ligadas	402.542	408.220	2.810.609	41.999	3.663.370	2.324.187	
- de terceiros	-	-	-	-	-	29.041	
Aplicações em moedas estrangeiras	2.621	-	-	-	2.621	3.374	
Total	1.280.171	408.220	2.810.609	41.999	4.540.999	2.944.089	
% Concentração por Prazo	28,2%	9,0%	61,9%	0,9%	100,0%		

(04) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2018	30/06/2017
Títulos do tesouro nacional	2.064.360	1.809.200
Letras financeiras do tesouro	211.150	1.114.148
Letras do tesouro nacional	1.499.631	695.052
Notas do tesouro nacional	353.579	-
Ações de companhias abertas	19.316	17.650
Notas promissórias	159.963	58.961
Debêntures	180.368	-
Cédulas do produto rural	308.860	14.580
Títulos livres	2.732.867	1.900.391
Títulos do tesouro nacional	774.263	2.075.647
Letras financeiras do tesouro	774.263	475.199
Letras do tesouro nacional	-	1.600.448
Títulos vinculados	774.263	2.075.647
Total - Títulos e valores mobiliários	3.507.130	3.976.038
Swaps - diferencial a receber	10.097	379
Prêmios de opções a exercer	1.265	24
Total - Instrumentos financeiros derivativos (i)	11.362	403
Total Geral	3.518.492	3.976.441

(i) Vide detalhes na nota explicativa nº 17.

(b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento:

	30/06/2018					
	(b.1) Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo Contábil	Valor de custo (b.2)
Títulos do tesouro nacional	2.136.944	172.256	127.499	48.345	2.485.044	2.485.168
Letras financeiras do tesouro	637.313	172.256	127.499	48.345	985.413	985.420
Letras do tesouro nacional	1.499.631	-	-	-	1.499.631	1.499.748
Títulos para negociação (b.3)	2.136.944	172.256	127.499	48.345	2.485.044	2.485.168
Títulos do tesouro nacional	-	192.785	-	160.794	353.579	362.331
Notas do tesouro nacional	-	192.785	-	160.794	353.579	362.331
Ações de companhias abertas	19.316	-	-	-	19.316	21.843
Debêntures	-	-	79.438	100.930	180.368	180.446
Títulos disponíveis para venda	19.316	192.785	79.438	261.724	553.263	564.620
Notas promissórias	106.067	53.896	-	-	159.963	159.963
Cédulas do produto rural	48.819	119.145	140.896	-	308.860	308.860
Títulos mantidos até o vencimento	154.886	173.041	140.896	-	468.823	468.823
Títulos e valores mobiliários	2.311.146	538.082	347.833	310.069	3.507.130	3.518.611
% Concentração por prazo	66,0%	15,3%	9,9%	8,8%	100,0%	
Total em 30/06/2017	748.764	2.502.634	724.640	-	3.976.038	
% Concentração por prazo	18,9%	62,9%	18,2%	-	100,0%	

(b.1) Inclui ações de companhias abertas sem data de vencimento. (b.2) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. (b.3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Os títulos foram classificados nas categorias: - "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda": o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Títulos e Valores Mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas.

(i) O ajuste negativo dos títulos para negociação no montante de R\$ 124 (30/06/2017 R\$ 7.257 ajuste positivo), obtido entre os valores de custo R\$ 2.485.168 (30/06/2017 R\$ 3.805.399) e de mercado R\$ 2.485.044 (30/06/2017 R\$ 3.812.656), foi registrado sob o título de "Resultado com títulos e valores mobiliários".

(ii) O ajuste negativo dos títulos disponíveis para venda no montante de R\$ 11.357 (30/06/2017 R\$ 802), obtido entre os valores de custo R\$ 564.620 (30/06/2017 R\$ 18.452) e de mercado R\$ 553.263 (30/06/2017 R\$ 17.650) foi registrado em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. - "Títulos mantidos até o vencimento": classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 468.315 (30/06/2017 R\$ 146.383).

Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no SELIC e as ações na CBLIC.

(c) Composição de títulos vinculados:

	30/06/2018	30/06/2017
Vinculados a operações compromissadas	680.251	1.905.570
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	73.713	134.684
Títulos dados em garantia de operações de clearing de câmbio	19.102	31.405
Títulos dados em garantia em ações judiciais	1.197	3.988
Total	774.263	2.075.647

(05) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(a) Composição da carteira de crédito:

	30/06/2018	30/06/2017
Empréstimos	895.091	653.569
Financiamentos	1.250.424	1.905.533
Financiamentos rurais	7.931	15.850
Operações de crédito vinculadas a cessão	-	4.680
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados (i)	154.294	112.644
Outros créditos (ii)	913.853	283.272
Total da carteira	3.221.593	2.975.548
Repasse interfinanceiros	15.711	6.000
Fianças prestadas (iii)	1.687.252	931.977
Total geral	4.924.556	3.913.525

O Banco realiza operações de captação através de "letras de crédito do agronegócio" classificadas no grupo "recursos de aceites e emissão de títulos" conforme descrito na nota explicativa nº 09. Lastreadas na data destas demonstrações financeiras no montante de R\$ 701.839 (30/06/2017 R\$ 175.322), sendo R\$ 390.323 (30/06/2017 R\$ 160.595) por operações de crédito e R\$ 311.516 (30/06/2017 R\$ 14.727) por títulos de crédito (classificados no grupo "títulos e valores mobiliários"). **Cessão de crédito:** As operações de cessão de crédito com coobrigação são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 02 "e" destas demonstrações financeiras. O Banco realizou operações de cessão de créditos com coobrigação de cédulas de crédito bancário contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008 e liquidadas em 22/12/2017. No 1º semestre de 2017 o saldo de operações de crédito cedidas com coobrigação, perfazia o montante de R\$ 4.680, tendo sido reconhecida no semestre receitas de juros para estas operações o montante de R\$ 412 registrada na demonstração de resultado sob a rubrica "receitas da intermediação financeira - operações de crédito". O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pelo Banco, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, estava refletido no passivo na rubrica "outras obrigações - diversas - obrigações por operações vinculadas a cessão", no montante de R\$ 4.512, tendo sido apropriado no semestre despesas de juros no montante de R\$ 574 registrado na rubrica "despesas da intermediação financeira - operações de venda ou de transferência de ativos financeiros". (i) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados no balanço como redutores de "outras obrigações - carteira de câmbio" acrescidas das rendas a receber de adiantamentos concedidos que se encontram, registrados na rubrica "outros créditos - carteira de câmbio" (vide nota explicativa nº 06). (ii) Outros créditos incluem títulos e créditos a receber (vide nota explicativa nº 07). (iii) Fianças prestadas estão registradas em contas de compensação.

(b) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:

Setor	30/06/2018		30/06/2017	
	Valor	%	Valor	%
Setor Privado				
Rural	35.523	1,1	35.324	1,2
Indústria	1.814.786	56,3	2.068.731	69,5
Comércio	379.995	11,8	209.074	7,1
Serviços	990.706	30,8	661.833	22,2
Pessoas físicas	583	-	586	-
Total da carteira	3.221.593	100,0	2.975.548	100,0

(c) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:

Parcelas por Faixas de Vencimento	30/06/2018				30/06/2017			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
até 180 dias	1.948.974	13	1.948.987	60,5	1.275.251	836	1.276.087	42,9
de 181 a 360 dias	523.990	-	523.990	16,3	796.059	709	796.768	26,8
acima de 360 dias	748.608	-	748.608	23,2	900.570	1.542	902.112	30,3
Total vincendas	3.221.572	13	3.221.585	100,0	2.971.880	3.087	2.974.967	100,0
até 60 dias	-	8	8	-	-	134	134	-
de 61 a 180 dias	-	-	-	-	-	264	264	-
acima de 180 dias	-	-	-	-	-	183	183	-
Total vincendas	-	8	8	-	-	581	581	-
Total da carteira	3.221.572	21	3.221.593	100,0	2.971.880	3.668	2.975.548	100,0

(d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco: A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco	30/06/2018					30/06/2017				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
	A Ven-	Venci-	Total	Mínima Exigida	Contábil	A Ven-	Venci-	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	1.465.295	-	1.465.295	-	-	905.460	-	905.460	-	-
A	589.288	-	589.288	2.946	2.946	994.389	-	994.389	4.972	4.972
B	658.042	3	658.045	6.580	6.580	696.863	-	696.863	6.969	6.969
C	476.220	-	476.220	14.287	32.336	277.370	-	277.370	8.321	8.321
D	3.069	18	3.087	309	926	64.877	-	64.877	6.488	17.886
E	-	-	-	-	-	26.535	-	26.535	7.961	26.535
F	28.275	-	28.275	14.138	19.791	-	-	-	-	-
H	1.383	-	1.383	1.383	6.386	3.668	10.054	10.054	10.054	10.054
Total	3.221.572	21	3.221.593	39.643	63.962	2.971.880	3.668	2.975.548	44.765	74.737

(i) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL

(e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	1º semestre	
	2018	2017
Saldo inicial do semestre	49.463	78.274
Complemento líquido de reversão	17.451	9.641
Baixas líquido dos valores recuperados	(2.952)	(13.178)
Saldo final do semestre	63.962	74.737

A provisão atingiu o saldo de R\$ 63.962 (30/06/2017 R\$ 74.737), correspondente a 2,0% (30/06/2017 2,5%) do total da carteira, desconsiderando o montante de repasses interfinanceiros e fianças prestada. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas. No semestre foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 3.494 (2017 R\$ 13.239) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 1.699 (2017 R\$ 1.350). O saldo dos créditos renegociados era de R\$ 8.949 (30/06/2017 R\$ 27.382). O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

(06) CARTEIRA DE CÂMBIO

	Outros Créditos		Outras Obrigações	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Câmbio comprado a liquidar	176.764	115.030	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	909	464
Direitos sobre vendas de câmbio	900	467	-	-
Obrigações por compras de câmbio	-	-	155.894	110.879
Adiantamentos recebidos	(900)	(467)	-	-
Adiantamentos s/contratos de câmbio	-	-	(152.042)	(110.879)
Rendas a receber	2.252	1.765	-	-
Total	179.016	116.795	4.761	464

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 23.949 (30/06/2017 R\$ 27.262) estão registradas em contas de compensação.

(07) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	30/06/2018	30/06/2017
	Títulos e créditos a receber (i)	913.853
Créditos tributários (nota nº 08 "b")	88.609	66.285
Depósitos judiciais	43.474	63.994
Tributos antecipados	6.168	2.634
Outros	1.627	1.575
Total	1.053.731	417.760

(i) Refere-se a títulos de crédito a receber sem coobrigação do cedente, ou retenção de riscos e benefícios, com vencimento até 25/04/2019 à taxa de 7,08 % ao ano até 19,86% ao ano.

(08) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social:

	1º semestre	
	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	27.666	38.853
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(12.450)	(17.484)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	3.726	5.738
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas	299	899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.524)	1.592
Créditos amortizados para prejuízo	(523)	(5.858)
Equivalência patrimonial	7.922	9.292
Ajustes ao valor de mercado e diferenças de curvas de títulos, derivativos e obrigações por empréstimos	1.660	(3.472)
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	1.660	2.562
Obrigações fiscais diferidas	98	(2.627)
Ativo fiscal diferido	2.472	10.110
Outros valores	402	845
Imposto de renda e contribuição social	(1.258)	1.597
Sendo:		
Impostos correntes	(3.828)	(5.886)
Impostos diferidos	2.570	7.483
Resultado contabilizado	(1.258)	1.597

(i) Vide nota explicativa nº 02 "h".

(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	Realização			
	31/12/2017	Constituição	Realização	30/06/2018
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas	12.318	2.264	(2.530)	12.052
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.785	19.939	(14.140)	25.584
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	35.425	-	(1.471)	33.954
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	2.480	6.202	(3.026)	5.656
Outros créditos tributários	11.270	4.319	(4.226)	11.363
TOTAL - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	81.278	32.724	(25.393)	88.609
Obrigações fiscais diferidas	(1.103)	(2.153)	2.396	(860)

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS LÍQUIDOS DAS

OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	80.175	87.749
% sobre patrimônio líquido	5,7%	6,2%

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2018, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

	Realização					
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano
Realização dos Créditos Tributários	38%	16%	9%	12%	15%	10%

O valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas, calculados com base na taxa Selic é de 30/06/2018 R\$ 68.986. Os créditos tributários não ativados referente a majoração da alíquota da CSLL, totalizavam R\$ 6.200 (30/06/2017 R\$ 32.379 que inclui também a majoração da alíquota da CSLL).

(09) DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

(a) Composição dos recursos captados:

	30/06/2018	30/06/2017
	Depósitos interfinanceiros	1.499.333
Depósitos a prazo	109.783	165.662
Total de depósitos	1.609.116	1.402.189
Captações no mercado aberto	1.495.110	1.902.480
Recursos de aceites e emissão de títulos	6.312.097	4.155.537
Letras financeiras	5.667.301	3.992.928
Letras de crédito do agronegócio	644.796	162.609
Obrigações por empréstimos no país	309.896	142.506
Obrigações por empréstimos no exterior	181.983	107.286
Obrigações por repasses do país	868.856	1.603.954
Obrigações por repasses do exterior	15.705	6.000
Obrigações por operações vinculadas a cessão (i)	-	4.512
Total - Recursos captados	10.792.763	9.324.464

(i) Conforme nota explicativa nº 05.

(b) Composição de recursos captados por prazos de vencimento:

	Até 3 meses		1 ano a		Acima de 3 anos	Total 30/06/2018
	meses a 1 ano	3 anos	3 anos	3 anos		
Depósitos interfinanceiros	1.476.574	12.445	10.314	-	-	1.499.333
Depósitos a prazo (i)	50.880	29.691	29.212	-	-	109.783
Total de depósitos	1.527.454	42.136	39.526	-	-	1.609.116
Captações no mercado aberto	1.495.110	-	-	-	-	1.495.110
Recursos de aceites e emissão de títulos	749.806	901.120	4.598.950	62.221	6.312.097	6.312.097
Letras financeiras	565.065	633.065	4.406.950	62.221	5.667.301	5.667.301
Letras de crédito do agronegócio	184.741	268.055	192.000	-	-	644.796
Obrigações por empréstimos no país	100.888	-	309.896	-	-	309.896
Obrigações por empréstimos no exterior	88.888	81.095	-	-	-	181.983
Obrigações por repasses do país (ii)	216.675	144.442	326.374	181.365	868.856	868.856
Obrigações por repasses do exterior	-	15.705	-	-	-	15.705
Total - recursos captados	4.089.933	1.184.498	5.274.746	243.586	10.792.763	10.792.763
% Concentração por Prazo	37,9%	10,9%	48,9%	2,3%	100,0%	

	Até 3 meses		1 ano a		Acima de 3 anos	Total 30/06/2017
	meses a 1 ano	3 anos	3 anos	3 anos		
Depósitos interfinanceiros	1.236.527	-	-	-	-	1.236.527
Depósitos a prazo (i)	5.875	134.968	24.819	-	-	165.662
Total de depósitos	1.242.402	134.968	24.819	-	-	1.402.189
Captações no mercado aberto	1.902.480	-	-	-	-	1.902.480
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.440.196	963.215	1.696.369	55.757	4.155.537	4.155.537
Letras financeiras	1.393.226	848.329	1.695.616	55.757	3.992.928	3.992.928
Letras de crédito do agronegócio	46.970	114.886	753	-	-	162.609
Obrigações por empréstimos no país	142.506	-	-	-	-	142.506
Obrigações por empréstimos no exterior	38.054	69.232	-	-	-	107.286
Obrigações por repasses do país	139.473	646.861	588.268	229.352	1.603.954	1.603.954
Obrigações por repasses do exterior	-	6.000	-	-	-	6.000
Obrigações por operações vinculadas a cessão	2.126	2.386	-	-	-	4.512
Total - recursos captados	4.764.731	1.965.168	2.309.456	285.109	9.324.464	9.324.464
% Concentração por Prazo	51,1%	21,1%	24,7%	3,1%	100,0%	

(i) Os depósitos a prazo foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 106.636 (30/06/2017 R\$ 132.659), referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3. (ii) Representado por: Operações de BNDES, com vencimentos até 15/05/2023 à taxa pré-fixada de 4,50% até 9,50% ao ano, pós-fixada de 0,90% até 4,00% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 4,09 % ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,70% até 2,88% ao ano mais SELIC e pós-fixada de 1,80% até 2,30% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas do BNDES); Operações de FINAME, com vencimentos até 15/12/2025 à taxa pré-fixada até 16,14% ao ano, pós-fixada de 1,40% até 4,00% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 4,09 % até 4,90% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,70% a 2,10% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas BNDES), pós-fixada de 2,00% ao ano mais dólar e pós-fixada de 1,70% até 2,48% ao ano mais SELIC.

(10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e contribuições a recolher	3.801	4.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 08 "b")	860	11.951
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	-	517
Total	4.661	16.549

(b) Diversas:

	30/06/2018	30/06/2017
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	11.630	10.501
Provisão para garantias prestadas (nota 11)	11.628	9.789
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 11)	11.619	9.656
Provisão para contingências trabalhistas (nota 11)	5.612	9.187
Obrigações por operações vinculadas à cessão (nota 05)	-	4.512
Carteira de crédito - recursos em trânsito	4.560	1.439
Provisão para contingências cíveis (nota 11)	1.273	95
Credores diversos	1.230	1.080
Total	47.552	46.259

(11) PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL

As provisões constituídas e respectivas variações no semestre estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Prestação de Garantias
	(a)	(b)	(c)	(d)
Saldo inicial em 01/01/2018	10.594	6.754	76	13.373
(+) Complemento de provisão	765	1.117	1.244	2.273
(+) Atualização de provisão	261	-	-	-
(-) Reversão de provisão	(1)	-	(47)	(4.018)
(-) Baixa por pagamento	-	(2.259)	-	-
Saldo final em 30/06/2018	11.619	5.612	1.273	11.628

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial. As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas no exigível a longo prazo, na rubrica "provisão para contingências" do grupo "outras obrigações - diversas", e levam em conta as datas esperadas de pagamento. Passivos contingentes de natureza fiscal e previdenciária, classificados como risco de perda possível: O Banco possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do Conselho Monetário Nacional, no montante de R\$ 541 (30/06/2017 R\$ 41.412). O Banco deixou de divulgar:

- A contingência referente à discussão sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.718/1998, no tocante à base de cálculo do PIS, para fazer incidir tal contribuição sobre todas as receitas das instituições financeiras, e não apenas sobre suas receitas de prestação de serviços, em razão da adesão ao PERT em 31/08/2017 e consequente pagamento dos débitos nos termos do referido programa.
- A contingência referente aos autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil sob alegação de não pagamento de tributos nas operações de desmutualização e venda de ações da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, bem como da incorporação das ações da Bovespa Holding pela Nova Bolsa, em razão da adesão ao PERT em 31/08/2017 e consequente pagamento dos débitos nos termos do referido programa.
- (b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica "provisão para passivos contingentes" do grupo "outras obrigações - diversas", e leva em conta as datas esperadas de pagamento (vide nota explicativa nº 10 "b"). As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pelo Banco a esse título. As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram, na data destas demonstrações financeiras, o montante de R\$ 2.568 (30/06/2017 R\$ 5.273).
- (c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica "provisão para contingências" do grupo "outras obrigações - diversas". Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável. As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram, na data destas demonstrações financeiras, o montante de R\$ 616 (30/06/2017 R\$ 1.709). Representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.
- (d) A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. Os montantes garantidos eram de R\$ 1.687.252 (30/06/2017 R\$ 931.977) referente a fianças prestadas e de R\$ 23.949 (30/06/2017 R\$ 27.261) referente a créditos abertos para importação. As provisões constituídas eram de R\$ 11.508 (30/06/2017 R\$ 9.539) e R\$ 120 (30/06/2017 R\$ 250), respectivamente.

(12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social:** Dividido em 53.482.129 (30/06/2017 53.812.129) ações ordinárias e 35.118.455 (30/06/2017 35.118.455) ações preferenciais, sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, homologada pelo Banco Central do Brasil em 07/06/2018, aprovou o aumento do capital social para R\$ 679.000 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 26.000. (b) **Dividendos:** O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995.

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro líquido do semestre	26.408	40.450
(-) Reserva legal	(1.320)	(2.023)
Lucro líquido ajustado	25.088	38.427
Juros sobre o capital próprio - valor bruto	8.279	12.750
(-) Imposto de renda na fonte - 15%	(1.242)	(1.913)
Juros sobre o capital próprio - valor líquido	7.037	10.837
% sobre o lucro líquido ajustado	28%	28%

Para o semestre foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 8.279 (2017 R\$ 12.750), correspondendo ao valor bruto de R\$ 235,75 (2017 R\$ 247,14) por lote de mil ações preferenciais e no 1º semestre/2017 R\$ 75,64 por lote de mil ações ordinárias. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado do Banco em R\$ 3.726 (2017 R\$ 5.738) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular BACEN nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

(c) Reserva de lucros:

	30/06/2018	30/06/2017
Reserva estatutária - Para aumento de capital	477.907	469.070
Reserva estatutária - Especial para dividendos	127.001	123.129
Reserva legal	91.435	88.460
Reserva de lucros a realizar (i)	34.444	34.444
Total	730.787	715.103

(i) A realização da reserva de lucros a realizar ocorre na medida em que as reservas de lucros nas controladas forem efetivamente realizadas ou distribuídas. No semestre não foi realizada a parcela de reserva de lucros a realizar em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, tendo em vista que sua controlada BRL Participações Ltda. não distribuiu efetivamente parcela de seus lucros.

(d) **Ações em tesouraria:** Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, inciso IX, do Estatuto Social da Companhia, em 13 de novembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para cancelamento, no valor total de até R\$ 2.070, sem redução de capital social.

Durante os períodos de novembro/2017 a maio/2018 foram adquiridas (e mantidas em tesouraria até 19/06/2018) 330.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.903. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON foi de R\$ 5,30, R\$ 5,77 e R\$ 6,05, respectivamente. Em reunião realizada em 19/06/2018, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa de Recompra de Ações e o cancelamento das ações adquiridas no referido Programa, sem redução do valor do capital social. Em função do cancelamento, o capital social de R\$ 679.000 passa a ser dividido em 88.600.584 ações escriturais, sem valor nominal, das quais 53.482.129 ordinárias e 35.118.455 preferenciais, não conversíveis em ordinárias.

(13) RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	1º semestre	
	2018	2017
Rendas de financiamentos	77.514	65.225
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	43.393	75.988
Rendas de cessão de crédito	-	412
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.158	1.289
Total	122.065	142.914

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	1º semestre			
	30/06/2018	30/06/2017	2018	2017
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	153	156	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	153	156	-	-
Banco Alfa S.A.	153	156	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	2.186.796	1.087.661	68.954	57.241
- Controlada	(705.026)	(1.011.370)	(24.265)	(54.622)
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(15.579)	(108.532)	(713)	(5.421)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(689.447)	(902.838)	(23.552)	(49.201)
- Outras partes relacionadas (1)	2.891.822	2.099.031	93.219	111.863
Banco Alfa S.A.	(56.382)	(39.204)	(1.361)	(2.724)
Financeira Alfa S.A.-CFI	2.948.204	2.138.235	94.580	114.587
Aplicações (Captações) no mercado aberto	2.940	(2.490)	97	186
- Outras partes relacionadas (1)	2.940	(2.490)	97	186
Banco Alfa S.A.	2.940	(2.490)	97	186
Negociação e intermediação de valores	123	133	-	-
- Controlada	123	133	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	123	133	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(3.476)	(6.730)	(5.275)	(9.024)
- Controlada	1.007	941	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	750	684	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	257	257	-	-
- Controlador	(2.632)	(5.603)	(3.097)	(6.592)
Alfa Holdings S.A.	-	(1.012)	-	(1.191)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	-	(1.010)	-	(1.188)
Corumbal Participações e Administrações	(2.630)	(3.579)	(3.094)	(4.211)
Pessoa física	(2)	(2)	(3)	(2)
- Pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora	(1.849)	(2.065)	(2.176)	(2.429)
- Outras partes relacionadas (1)	(2)	(3)	(2)	(3)
Pessoa física	(2)	(3)	(2)	(3)
Recursos de emissão de títulos	(98.171)	(79.548)	(3.428)	(4.498)
- Controlador	(20.417)	(18.934)	(664)	(1.070)
Corumbal Participações e Administrações	(20.417)	(18.934)	(664)	(1.070)
- Pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora	(16.995)	(17.390)	(832)	(975)
- Outras partes relacionadas (1)	(60.759)	(43.224)	(1.932)	(2.453)
Pessoa física	(60.759)	(43.224)	(1.932)	(2.453)
Outras transações (2)	692	171	(4.134)	(3.941)
- Controlada	84	103	4	2
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	46	70	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	38	33	4	2
- Outras partes relacionadas (1)	608	68	(4.138)	(3.943)
Banco Alfa S.A.	35	38	-	-
Financeira Alfa S.A.-CFI	313	241	-	-
Metro Dados Ltda.	-	(75)	-	(461)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	(102)	(909)	(990)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(317)	(372)
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	1	(344)	(2.912)	(2.120)
Alfa Seguradora S.A.	195	242	-	-
Agropalma S.A.	33	31	-	-
Outras	31	37	-	-

Todas as transações entre o Banco e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações. (1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas. (2) Referem-se basicamente, à sublocação de imóvel com empresas do Conglomerado Financeiro Alfa de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades do Conglomerado Financeiro Alfa. (b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. No semestre, o montante registrado foi de R\$ 6.217 (2017 R\$ 6.936) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. O Banco não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho. (b.1) Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para: - Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; - Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela instituição empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. (c) Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 30 de junho de 2018: Ordinárias 3,637%, Preferenciais 26,288% e do total de ações de 12,582%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL

(15) GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado Financeiro Alfa. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado Financeiro Alfa são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoantes às diretrizes estabelecidas pela Administração. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza: **Risco de mercado** - O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado Financeiro Alfa. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (*Value at Risk*) definidos pelo comitê de gestão de risco de mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br. **Risco de liquidez** - O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, a gestão do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento das regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez, pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera uma caixa mínima necessária, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade. **Risco de crédito** - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações: (a) Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sobre posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos. (b) Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, cobranças ou operações de natureza semelhante. (c) De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. Ressalta-se que este objetivo estende-se a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br. O Conglomerado Financeiro Alfa visando maior celeridade no processo de concessão de crédito utiliza-se, no segmento de varejo, na empresa Financeira Alfa S.A.-CFI, de modelos estatísticos para avaliação do risco de crédito, o qual, aprovado pelo comitê de crédito e primando pela prudência que caracteriza a forma de atuar do Conglomerado Financeiro Alfa, busca coletar informações que permitam avaliar caráter, idoneidade e histórico positivo de crédito, geração de renda, estabilidade profissional e outras informações externas disponíveis. Este modelo está em constante evolução com vistas a capturar o maior número de informações relevantes para permitir segurança na concessão de crédito. No segmento de atacado, as operações de crédito são analisadas individualmente no comitê de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa e se baseiam em um profundo conhecimento das atividades, situação patrimonial e financeira dos clientes e seu histórico de crédito. **Risco operacional** - A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito e a consequente adoção de medidas preventivas, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de gestão de riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Crédito, que além de coordenar atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Financeiro Alfa. É sua responsabilidade reportar ao comitê de controles de risco operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br. Conforme regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), estão disponíveis no site www.alfanet.com.br.

(16) ÍNDICE DE CAPITAL

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O Conglomerado Financeiro Alfa, em 30 de junho de 2018, atingiu índice de capital de 19,21% (30/06/2017 24,91%) calculado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial", nos termos da Resolução CMN nº 4.192 de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2018, que equivale a 10,5% (PR 8,625% + ACP 1,875%).

Conglomerado Prudencial Alfa

	Prudencial (1)	
	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de Referência - Nível I	2.342.884	2.282.532
Capital Principal	2.342.884	2.282.532
Patrimônio Líquido	2.383.277	2.301.370
(-) Ajustes Prudenciais	(40.393)	(18.838)
Patrimônio de Referência (PR)	2.342.884	2.282.532
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.196.421	9.162.787
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	10.007.077	7.756.551
Risco de Mercado	1.024.034	360.922
Risco Operacional	1.165.310	1.045.314
Patrimônio de Referência Mínimo Exigido	1.051.941	847.558
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	228.683	114.535
Índice de Basileia	19,21%	24,91%
Capital de Nível I	19,21%	24,91%
Capital Principal	19,21%	24,91%

(1) Conforme a Resolução nº 4.278 de 31/10/2013, a partir da data-base janeiro de 2015, o índice de Capital passou a ser apurado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial". Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748 de 26/02/2015 do Banco Central do Brasil, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 30 de junho de 2018, o Índice de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 15,83% (30/06/2017 16,65%). **Ajuste Prudencial:** Em atendimento a Resolução nº 4.277 de 31/10/2013, com nova redação pela Resolução nº 4.389 de 18/12/2014 do Conselho Monetário Nacional, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial. A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

(17) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender as necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo-se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Banco, com acompanhamento pela área de risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria. Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Banco. Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 30/06/2018 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial. Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de swap e de opções, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam somente a operações para proteção patrimonial. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo). Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo.

(a) Instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2018	30/06/2017
Instrumentos financeiros derivativos para negociação	10.165	(1.076)
Instrumentos financeiros derivativos para hedge de valor justo	-	(48.202)
Total	10.165	(49.278)
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	2.527	28
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	8.835	375
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(1.144)	(49.047)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(53)	(634)
Total	10.165	(49.278)

(b) Instrumentos financeiros derivativos:

Negociação:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	100.000	100.589	100.464	-	-	-
Mercado interfinanceiro	100.000	100.536	100.511	-	-	-
Moeda Estrangeira	300.000	309.896	309.896	-	-	-
Índices	70.561	82.767	84.360	105.633	123.564	124.527
Posição ativa	570.561	593.788	595.231	105.633	123.564	124.527
Pré	100.000	100.589	100.464	-	-	-
Mercado interfinanceiro	470.561	484.771	484.725	105.633	125.627	125.627
Posição Passiva	570.561	585.360	585.189	105.633	125.627	125.627
Total - contratos de swaps - exposição líquida	-	8.428	10.042	-	(2.063)	(1.100)
Prêmio de opções	-	106	123	-	334	24
Total	-	10.165	10.165	-	(1.076)	(1.076)

Hedge de valor justo:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Moeda estrangeira	-	-	-	159.200	140.669	142.506
Posição ativa	-	-	-	159.200	140.669	142.506
Mercado interfinanceiro	-	-	-	159.200	189.885	190.708
Posição passiva	-	-	-	159.200	189.885	190.708
Total - contratos de swaps - exposição líquida	-	-	-	-	(49.216)	(48.202)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL**

(c) Contratos de futuros:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Quantidade de Contratos	Valor Referencial	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor Referencial	Valor Justo
Compromissos de compra - DI	2.085	166.841	-	4.110	293.896	-
Compromissos de venda - DI	18.005	(1.766.014)	-	28.265	(2.686.566)	-
Compromissos de venda - Dólar	50	(9.712)	-	20	(3.327)	-
Total - contratos futuros	20.140	(1.608.885)	-	32.395	(2.395.997)	-

(d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

Ativo - Saldo a receber:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
Swaps	10.097	-	10.097	379	-	379
Prêmios de opções	1.265	-	1.265	24	-	24
Total	11.362	-	11.362	403	-	403

Passivo - Saldo a pagar:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
Swaps	55	-	55	1.479	-	1.479
Prêmios de opções	1.142	-	1.142	-	-	-
Total	1.197	-	1.197	1.479	-	1.479

(e) Os instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

	Até 3 meses				1 ano a 3 anos				Acima de 3 anos				Saldo em 30/06/2017
	meses	a 1 ano	3 anos	3 anos	meses	a 1 ano	3 anos	3 anos	meses	a 1 ano	3 anos	3 anos	
Swap	548	712	8.623	159	10.042	(365)	(476)	(294)	35	(1.100)			
Prêmios de opções	-	123	-	-	123	-	24	-	-	24			
Total	548	835	8.623	159	10.165	(365)	(452)	(294)	35	(1.076)			

Hedge de valor justo:

	Até 3 meses				1 ano a 3 anos				Acima de 3 anos				Saldo em 30/06/2017
	meses	a 1 ano	3 anos	3 anos	meses	a 1 ano	3 anos	3 anos	meses	a 1 ano	3 anos	3 anos	
Swap	-	-	-	-	-	-	(48.202)	-	-	-	-	(48.202)	
Total Geral	548	835	8.623	159	10.165	(365)	(48.654)	(294)	35	(49.278)			

(f) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	1º semestre					
	2018			2017		
	Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
Swaps	9.206	(3.523)	5.683	(687)	(8.122)	(8.809)
Futuro	2.111	-	2.111	(8.614)	-	(8.614)
Prêmios de opções	8	-	8	(310)	-	(310)
Total	11.325	(3.523)	7.802	(9.611)	(8.122)	(17.733)

(g) O total do ajuste, de marcação a mercado, registrado no resultado foi de:

	1º semestre					
	2018			2017		
	Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
Swaps	(492)	(677)	(1.169)	820	(2.193)	(1.373)
Prêmios de opções	17	-	17	(310)	-	(310)
Total	(475)	(677)	(1.152)	510	(2.193)	(1.683)

(h) Contabilidade de hedge: Em 2017, o Banco realizou operações de hedge de valor justo de exposição de variação cambial representada por operações de captação, realizado nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Este tipo de operação não ocorreu em 2018. **(h.1) Hedge de valor justo de exposição de variação cambial:** Com relação ao risco de taxa de variação cambial representado por empréstimo em moeda estrangeira, o Banco adotou a prática de se proteger, em consonância com suas políticas de gestão de riscos, levando em consideração as taxas de captação praticadas. A estratégia de hedge adotada tem por objetivo proteger o spread de suas operações de captação. Através da estratégia de hedge, a Administração tem por objetivo proteger o spread das operações de variação cambial. Estas operações de hedge são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, que exige avaliação periódica de efetividade do hedge e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de hedge, considerando tratar-se de uma operação de hedge de risco de mercado. O valor contábil e de mercado dos itens objeto de hedge na data-base de 30/06/2017 eram, respectivamente: R\$ 140.669 e R\$ 142.506. O valor de mercado dos instrumentos derivativos utilizados como hedge eram de R\$ 142.506 de swap ponta ativa e R\$ 190.708 de swap ponta passiva. Em 11/01/2018, no vencimento, as operações foram liquidadas.

(i) Análise de sensibilidade: Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, o Banco realizou análises de sensibilidade de suas operações que possam expô-lo a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa. O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: (a) situação de estresse determinada pelo Banco e aprovado em seu comitê de gestão de riscos de mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3, na data-base destas demonstrações financeiras; (b) situação de estresse considerada pelo Banco com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; (c) situação de estresse considerada pelo Banco com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da Instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração do Banco não acredita que possam ocorrer.

Exposição	30/06/2018			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixado	2.705.281	(5.306)	(6.821)	(13.176)

Exposição	30/06/2017			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixado	419.936	(6.297)	(6.991)	(12.871)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

(18) OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Outras despesas administrativas:

	1º semestre	
	2018	2017
Processamento de dados	(6.289)	(5.718)
Aluguéis	(2.411)	(2.299)
Serviços técnicos especializados	(1.629)	(2.765)
Serviços de terceiros	(1.284)	(1.157)
Serviços do sistema financeiro	(971)	(1.084)
Viagem	(756)	(631)
Vigilância e segurança	(695)	(623)
Propaganda e publicidade	(668)	(936)
Depreciação e amortização	(668)	(541)
Comunicações	(495)	(443)
Manutenção e conservação de bens	(459)	(532)
Outras despesas administrativas	(1.322)	(1.303)
Total	(17.647)	(18.032)

(b) Outras receitas operacionais:

	1º semestre	
	2018	2017
Rendas de títulos e créditos	23.561	20.362
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	1.006	2.071
Reversão de provisões para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas (i)	1.745	2.020
Outras	683	688
Total	26.995	25.141

(i) Conforme nota explicativa nº 11.

(c) Outras despesas operacionais:

	1º semestre	
	2018	2017
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas (i)	(3.339)	(3.255)
Outras (ii)	(1.175)	(460)
Total	(4.514)	(3.715)

(i) Conforme nota explicativa nº 11. (ii) Inclui, principalmente despesas com indenizações trabalhistas.

(d) Administração de recursos de terceiros: O Banco administra e faz a gestão de Fundos de Investimento de Renda Fixa, de Ações e Multimercado, além de Carteiras Administradas de Particulares, cujos patrimônios líquidos na data do balanço totalizavam R\$ 6.956.870 (30/06/2017 R\$ 5.684.355). **(e) Contratação de seguros:** O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possa acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R\$ 75.855 (30/06/2017 R\$ 75.160) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (30/06/2017 R\$ 6.000) e R\$ 2.000 (30/06/2017 R\$ 2.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa. **(f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, informamos que o Banco não mantém planos de remuneração em ações (stock options) e outros benefícios de pós-emprego a seus empregados. **(g) A Medida Provisória nº 675 de 22/05/2015, foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07/10/2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.**

(19) PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	Alfa Corretora			
	Alfa Arrendamento	Alfa de Câmbio	BRI Participações	BRI
	Mercantil (a)	Mobilitários	Ltda. (b)	Total
• Capital social	178.300	161.176	26.868	
• Patrimônio líquido ajustado	323.058	241.893	468.608	
• Lucro do semestre	8.036	3.158	10.908	
• Quantidade de ações ordinárias possuídas	10.416.839	8.000.000	-	
• Quantidade de ações preferenciais possuídas	985.392	8.000.000	-	
• Quantidade de cotas possuídas	-	-	26.867.343	
• % de participação	55,661	100,000	99,999	
• Resultado da avaliação (i)	1º semestre/2018	3.539	3.158	10.908
	1º semestre/2017	3.016	2.878	14.754
• Valor contábil do investimento	Em 30/06/2018	179.817	241.893	468.603
	Em 30/06/2017	173.997	253.947	445.900

(a) O Banco possui participação direta na Alfa Arrendamento Mercantil S.A. de 55,66% e indireta de 44,32% através da empresa BRI Participações Ltda., perfazendo o montante de 99,98%. **(b)** A BRI Participações Ltda. realiza gestão de recursos próprios (cash company), representados por aplicações financeiras. Possui participação de 44,32% na Alfa Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 143.913 (30/06/2017 R\$ 138.557). **(c)** Os investimentos em sociedades controladas não sofreram alterações no decorrer do semestre.

(20) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	30/06/2018	30/06/2017
No início do período	340.037	774.841
Disponibilidade	2.694	857
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	337.343	773.984
No final do período	883.060	592.897
Disponibilidade	5.431	2.037
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	877.629	590.860
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	543.023	(181.944)

(i) Referem-se a operações cujo vencimento na data da aplicação era igual ou inferior a 90 dias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro
Presidente

Humberto Mourão de Carvalho

Rubens Garcia Nunes

Luiz Alves Paes de Barros

Fernando Pinto de Moura

DIRETORIA

Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente

Adilson Augusto Martins Júnior

Antonio José Ambrozano Neto

Beny Fiterman

Fabiano Siqueira de Oliveira

Luciane Ribeiro

Rubens Bution

CONTADORA

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
CRC 1SP 232846/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Alfa de Investimento S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alfa de Investimento S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 5, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, obedece aos critérios mínimos exigidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, divididos em nove faixas de risco, sendo "AA" o melhor rating e "H" o pior risco, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. O Banco constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseia em análises internas e na conjuntura econômica, setorial e individual de cada cliente para avaliar tal necessidade. As premissas utilizadas visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido à relevância das operações de crédito, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação das operações de crédito, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, formalização das análises e revisões de riscos de crédito, a sua inclusão no sistema e, com o auxílio de nossos especialistas na área de tecnologia, a interface entre o referido sistema e a contabilidade. Adicionalmente analisamos, com base em amostragem, as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, tais como atraso na operação e deterioração das condições do tomador de crédito. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pelo Banco para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 tomadas em conjunto.

• Provisão e Passivos Contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 02 e nº 11, o Banco constitui, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação do valor das estimativas é considerada a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pelo Banco. As premissas utilizadas são formalizadas em políticas institucionais e visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido ao grau de julgamento e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e efetividade operacional dos controles relativos ao cadastro, avaliação do risco, cálculo e registro da provisão, acompanhamento do processo e encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e passivos contingentes. Por amostragem, realizamos procedimentos de auditoria quanto às constituições, reversões e suficiência da provisão. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Avaliamos a adequação das premissas utilizadas na metodologia da mensuração dos valores, a memória de cálculo da provisão, os dados e informações históricas e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



São Paulo, 09 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador - CRC 1SP153569/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A..

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 9 vezes no período de fevereiro a junho de 2018, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, combate à lavagem de dinheiro, gerenciamento e controle de riscos, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, aprovação do plano anual da auditoria interna, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê avaliou, em reuniões com a área de Gestão de Riscos, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos no Conglomerado, enfatizando os riscos de: crédito, liquidez, mercado, operacional, gestão de capital, socioambiental e os impactos da resolução BACEN nº 4.557, com destaque à observância das normas aplicáveis, na conformidade da legislação vigente, incluindo os prazos nela estabelecidos, e dos trabalhos de revisão e atualização das políticas e procedimentos dos diversos riscos, os quais são submetidos à aprovação anual do Conselho da Administração. Com a criação do Comitê de Risco e a participação de um membro do Comitê da Auditoria no citado Comitê, espera-se uma sinergia entre os Comitês. Deverá haver uma visão estratégica com a Diretoria de Risco e a continuidade do trabalho que o Comitê faz junto à Gerência Geral de Gestão de Riscos.

Ouidoria

Foi acompanhada, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº 4.433, de 23/07/2015, e das Circulares BACEN nº 3.778, de 30 de dezembro de 2015 e nº 3.503, de 16/07/2010, excluídos os artigos 1º e 2º. Deverá acompanhar a partir de 02 de julho de 2018, data que entram em vigor, os efeitos da Resolução BACEN nº 4.629, de 25/01/2018 e da Circular nº 3.881, de 02/07/2018.

Controles Internos

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes, constatando-se a preocupação com

o aprimoramento dos sistemas de prevenção à lavagem de dinheiro. O monitoramento, por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Discussão sobre os processos das várias empresas do Conglomerado com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo em vista às suspeições ou desabonos que possam existir.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela Auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A..

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) o planejamento das atividades; b) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado; e c) Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467, de 14 de setembro de 2009.

Relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do terceiro e quarto trimestre de 2017 e a do primeiro trimestre de 2018.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras e, ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras, com data-base de 30 de junho de 2018, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 09 de agosto de 2018

Clóvis de Matos Guedes

Fernando Luiz Ramos Pompeia

José Canuto da Cunha

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: (i) o Estudo Técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; (ii) o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30/06/2018, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e (iii) a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos titulares de ações preferenciais. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Antonio Celso Amaral Salles

José Antonio Rigobello

Rubens Barletta

Rogério Rey Betti